



A poluição no Ribeiro da Boa Água surge de várias formas. Nos últimos dias, até um cadáver de uma vaca aqui veio parar

Ministério do Ambiente apanha descarga poluente da Fabrióleo

Inspeção realizada em finais de junho deteta tubagem não autorizada a descarregar efluente sem tratamento. Indícios apontam para a Fabrióleo que veio negar qualquer ligação ao foco de poluição. Mais de dois meses depois a fábrica continua a laborar e o mau cheiro na zona do Torreshopping é insuportável

AMBIENTE O Ministério do Ambiente confirma que tem feito inspeções à qualidade da água do Ribeiro da Boa Água em Torres Novas e que, numa dessas fiscalizações realizada a 20 de junho foi "detetada uma tubagem que não corresponde à autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na licença de descarga e que, no momento da atuação, estava a descarregar para a linha de água". Esta situação reporta-se a denúncias relativas à atuação da empresa Fabrióleo que tem estado no centro das suspeitas sobre a origem da poluição. A resposta do Ministério aos deputados dá ainda conta que esta tubagem estava a descarregar durante a noite e que "os resultados analíticos das amostras recolhidas, que apresentaram coloração semelhante

à de óleos, demonstraram que a empresa [Fabrióleo] se encontrava a rejeitar efluente sem tratamento adequado (ou sem qualquer tratamento) dado os elevados valores obtidos, quer no efluente, quer na linha de água".

É ainda referido que foram feitas mais duas fiscalizações, uma em maio - e cujos resultados "não evidenciaram a contaminação que é visível em muitos dias, na linha de água" - e outra mais recentemente em 27 de julho e da qual ainda não existiam "informações conclusivas" à data da resposta do Ministério aos deputados do BE.

QUEIXAS O Ministério do Ambiente adianta ainda que "destas ações de fiscalização e inspeção, resultou a instauração de vários processos de contraordenação por parte da IGAMAOT [Inspeção geral da Agricultura, Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território], recordando que, em setembro de 2015, a APA emitiu um auto de embargo a proibir descargas da empresa, mas que entretanto foi retirado, encontrando-se a empresa autorizada a descarregar o seu efluente neste ribeiro. "Presentemente, a empresa tem licença para descarga na linha de água dos efluentes tratados no sistema de tratamento previsto na licença, não sendo permitidas quaisquer outras descargas de efluentes, designadamente as verificadas recentemente". Lê-se na resposta do ministério, onde se fica a saber também que existem três processos de contraordenação

contra a empresa (dois relativos a poluição e outro relativo ao embargo das obras realizadas no domínio hídrico) mas que ficaram suspensos por a empresa ter apresentado pedido de regularização da atividade económica. "Relativamente a este pedido, o Ministério do Ambiente, através da APA, recebeu a informação de que a Câmara Municipal de Torres Novas não emitiu o reconhecimento de interesse municipal e que o pedido ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas foi por este liminarmente indeferido", adianta ainda o mesmo documento. Perante toda a esta situação, o Ministério do Ambiente conclui referindo que está "a desencadear as diligências para dar sequência aos processos contraordenacionais referidos".

EMPRESA RESPONDE A Fabrióleo já veio negar esta informação emitida pelo Ministério do Ambiente e, em comunicado enviado à agência Lusa, a advogada da empresa afirma que "inexistiu qualquer inspeção no passado dia 20 de junho de 2016, sendo, por consequência, fal-

so que tenha sido detetada, nessa suposta inspeção, qualquer tubagem ilegal". A advogada Ana Rita Duarte Campos escreve ainda que "as afirmações e imputações" feitas à empresa "não correspondem à verdade, à exceção da inspeção realizada à unidade fabril no dia 27 de julho, que é confirmada pela empresa e na qual terá sido feito uma vistoria a toda a unidade fabril, "não tendo sido comunicada à empresa qualquer problema, tendo sido deixado na posse da administração um auto de vistoria sem quaisquer reparos". A empresa, através da sua advogada, diz ainda que "desconhece qualquer posicionamento do Ministério do Ambiente relativamente à situação de poluição que assola as ribeiras da cidade de Torres Novas", tendo ainda feito notar ser "a única unidade fabril da cidade equipada com duas ETAR, que se encontram em funcionamento, encontrando-se o efluente dentro dos parâmetros fixados na Licença de Utilização de Recursos Hídricos emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, e que se encontra plenamente válida".

Irregularidades estão agora na alçada do Ministério Público

●●● A Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto órgão fiscalizadora e inspetivo, levantou vários processos de contraordenação e participou ao Ministério Público factos relacionados com o incum-

primento por parte da Fabrióleo do embargo de obras de construções na faixa de servidão do domínio hídrico, bem como da violação do mandado de aplicação de medidas cautelares.